

Percentuais ao lado
de nomes ficam sem
explicação



Depoente assume
autoria de lista de
políticos

Diretor de empreiteira assume culpa sozinho

■ Ailton Reis não decifra documentos, mas revela que a Odebrecht tem caixa de US\$ 12 milhões para a campanha eleitoral de 94

Brasília — Jamil Bittar

BRASÍLIA — O diretor da empreiteira Norberto Odebrecht, Ailton Reis, em cuja casa a Polícia Federal apreendeu 40 quilos de documentos que comprometem políticos, negou ontem que a empresa tenha pago propina a parlamentares e integrantes do Executivo, para liberação de recursos orçamentários, mas não conseguiu explicar o conteúdo dos papéis à CPI do Orçamento. "Estes manuscritos são pessoais, não são de conhecimento nem da empresa nem dos parlamentares e se referem a futuros apoios políticos na campanha de 94", afirmou.

Reis revelou que a Odebrecht tem um "provisionamento" de US\$ 12 milhões para apoiar candidatos nas eleições gerais do ano que vem. "Estes percentuais não podem ser interpretados como pagamento de propinas ou de promessa de ajuda na campanha", garantiu ao comentar a lista de parlamentares encontrada entre os documentos apreendidos.

Negativas — O diretor da empreiteira negou-se a traduzir as abreviaturas e iniciais encontradas nos papéis. Sempre que lhe era apresentado um documento comprometedor, alegava: "Não tenho conhecimento deste documento". A falta de respostas chegou a irritar o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), que ao final de sua inquirição declarou: "Não estou satisfeito. O depoente não explicou a razão dos percentuais ao lado dos nomes de parlamentares e emendas, nem quis revelar as iniciais relacionadas com obras e percentuais".

Na primeira fase de seu depoimento, Reis acusou a Polícia Federal e o ministro Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal, que concedeu mandado de apreensão dos documentos, de terem cometido uma violência. "O que fizeram



Reis disse que apreensão de documentos foi uma violência da Polícia Federal e do STF, que deu mandado

comigo foi um desacato, foi lamentável a invasão de meu domicílio", queixou-se. Sua acusação foi contestada pelo presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), que lembrou a concessão do mandado judicial para afirmar que a CPI não aceitava a acusação de prática de violência. Reis também fez críticas ao senador José Paulo Bisol (PSB-RS), dizendo que "suas conclusões foram apressadas", "estabeleceram ligações descabidas", e que serviram a "um jogo de informações precipitadas e sensacionalistas".

Mesmo tendo assumido responsabilidade pessoal pelo fato de nomes de parlamentares terem sido encontrados nos seus papéis, ele tateou quando o deputado Pedro Pavão (PPR-SP) perguntou se assumiria judicialmente as responsabilidades pelos danos à imagem dos envolvidos. "Não posso assumir, sou vítima desse processo tam-

bém", disse. O senador Jarbas Passarinho chegou a interromper seu depoimento durante inquirição do deputado Nelson Trad (PTB-MS), para anunciar que os deputados Gedel Lima (PMDB-BA), Pedro Irujo (PMDB-BA), Osmânio Pereira (PSB-PE) e os senadores Teotônio Vilela (PSDB-AL) e Antônio Mariz (PMDB-PB) lhe comunicaram que vão processar criminalmente a Norberto Odebrecht.

Fax — Reis não soube explicar também a que se referia um fax para o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) relacionando sete obras e valores que somavam US\$ 119 mil. "O documento não foi expedido", afirmou laconicamente. Ele caiu em contradição ao referir-se à ata de uma reunião com outras empreiteiras, para tratar da privatização de estradas e da concessão para explorar a ponte Rio-Niterói. "Só participei de reuniões convoca-

das pelas entidades de classe, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil", disse ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Coube ao deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) contestá-lo: "O presidente da CBIC, Marcos Santana, me informou por telefone que jamais convocou esta reunião."

Mercadante também leu um documento interno da Odebrecht, de 1992, que dizia: "Foram desenvolvidas ações para ocupar espaço, ter intimidade, para que seja alcançado total domínio das diretrizes dos programas de contratação e desembolso da CEF e do MAS". Com base nestas afirmações, Mercadante pediu que fosse feita uma investigação especial na Caixa Econômica Federal, no Ministério da Ação Social e no DNER. Passarinho informou que havia pedido ao presidente Itamar Franco todos os dados de liberações de recursos destes três órgãos, durante o período de 1989 a 1993.